

Ata nº 73 / XIII / 2.ª SL

Aos vinte e um dias do mês de março de 2017, pelas dezasseis horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia (OD):

1. Informações Gerais
2. Apreciação e votação do parecer da Proposta de Resolução n.º 43/XIII/2.ª - Aprova o Acordo Europeu relativo às Pessoas que intervenham em Processos perante o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, aberto a assinatura em Estrasburgo, em 5 de março de 1996: Deputada autora do Parecer: Paula Teixeira da Cruz – PSD
3. Análise e aprovação dos Programas dos eventos “Refugiados na Primeira Pessoa” e “Portugal na OSCE – Realizações e Desafios”.
4. Audição de entidades relevantes, no âmbito do Plano de Atividades
5. Aprovação de atas
 - Ata n.º 70, de 8 de março;
 - Ata n.º 71, de 14 de março.
6. Outros Assuntos

Iniciada a sessão, presidida pelo Senhor **Presidente da Mesa, Deputado Sérgio Sousa Pinto**, começou este por dar as boas vindas a todos os Senhores Deputados, seguindo para a abordagem ao **Ponto 1.** da OD, relativamente ao qual informou o seguinte:

- Baixou à 11.ª Comissão AOTDPLH para discussão o Projeto de Resolução 739/XIII/2.ª (PAN) que recomenda ao Governo que denuncie junto do Secretariado da Convenção de Espoo a violação da referida Convenção por Espanha devido à inexistência de comunicação a Portugal das intenções de prolongamento da vida útil da Central Nuclear

de Santa Maria de Garoña, assim como da inexistência de um EIA transfronteiriço, e que é competente em razão da matéria. Trata-se de uma iniciativa distribuída em conexão com a 2.ª Comissão. Discutida a questão, deliberou a Comissão, por unanimidade dos Deputados presentes, não se pronunciar acerca desta iniciativa.

- A Audição do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros no âmbito do n.º 2 do art.º 104.º do Regimento da Assembleia da República, será no próximo dia 28 de março, pelas 15h00.

- Foi lembrado que hoje, pelas 17 horas, decorrerá no Salão Nobre a celebração do Nawroz, pela Comunidade Ismaelita, convidando-se os Senhores Deputados a marcarem presença.

- No próximo dia 23, 5.ª feira, pelas 10h, decorrerá na Sala n.º 6, a audição sobre o Acordo Comercial e Económico Global (CETA) que é conjunta com a Comissão de Assuntos Europeus (4.ª) e de Economia (6.ª). Esta audição poderá vir a ter duas partes: uma primeira, com a presença da Senhora Comissária para o Comércio, Cecília Malmstrom. Uma segunda, ainda com horário de início por fixar, com o enviado Especial do Canadá para o CETA, Sr. Pierre Pettigrew que, estando em Portugal, solicitou ser recebido, acompanhado pelo Sr. Embaixador do Canadá e pela representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Canadá.

- Relativamente ao jantar/receção de hoje, na Embaixada do Canadá, decidiu a Comissão que a sua representação no evento ficasse a cargo do Senhor Deputado Ricardo Baptista Leite.

No **Ponto 2.** da OD, procedeu a Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD)** à apresentação do seu Parecer acerca da iniciativa acima identificada, tendo começado por delimitar o respetivo âmbito, neste caso, às Pessoas intervenientes em Processos perante o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, aberto a assinatura em Estrasburgo, em 5 de março de 1996, constitui um importante avanço em matéria da proteção internacional dos direitos humanos, tendo a República Portuguesa procedido à respetiva assinatura em 29 de abril de 1997. O Acordo, na forma como veio a ser finalizado, apresenta-se com uma formulação extremamente aberta e ampla, abordando dois grandes grupos de matérias, a saber, a das imunidades processuais, e da liberdade de circulação, relacionada com a deslocação de

peçoas que sejam partes nos processos sob julgamento. Salientou que este Acordo iria derogar alguns Protocolos adicionais existentes e que se encontrava aberto à assinatura desde 1996, iniciando vigência uma vez recolhidas dez assinaturas. Como traço mais relevante, salientou a Autora que a concessão de imunidades se encontra sujeita a critérios de elevada discricionariedade, suscitando preocupação o facto de o Tribunal, em matérias muito sensíveis, poder levantar a imunidade em termos não absolutamente densificados, criando um risco que sai ainda mais agravado, se conjugado com a conhecida demora na prolação de decisões pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. Concluiu, que a Proposta de Resolução em apreço se encontrava em condições de ser votada no Plenário da Assembleia da República.

Interveio a Senhora **Deputada Isabel Santos (PS)** para felicitar a Autora pelo excelente trabalho efetuado, e partilhar das preocupações ali identificadas, nomeadamente quanto à excessiva discricionariedade na atribuição das imunidades.

Usou da palavra o Senhor **Deputado Alberto Martins (PS)** para concordar com as anteriores intervenções. Entendeu, porém, valer a pena que todos fizessem uma curta reflexão acerca da evolução do Tribunal em causa, o que fez enquanto membro da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, pois existem Estados que não cumprem as disposições dos Acordos, designadamente alguns que são seus fundadores, como é o caso do Reino Unido.

Interveio o Senhor **Deputado Pedro Filipe Soares (BE)** para saudar o trabalho realizado pela Autora e acompanhar o conjunto de preocupações manifestadas no Parecer apresentado.

Interveio o Senhor **Presidente** para manifestar a opinião de que as dificuldades sentidas no funcionamento do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem está relacionado com a decadência institucional do próprio modelo político europeu, tendo lembrado que na Holanda, a vitória dos liberais-conservadores foi conseguida *in extremis* e à custa de mensagens e práticas de cariz xenófobo.

Retomou a palavra a Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD)** para sublinhar a demora frequentemente sentida na prolação das decisões do Tribunal. Mais salientou que, caso qualquer Parte se oponha à liberdade de circulação a que se refere este Acordo, logo se criam enormes dificuldades ao andamento e subsistência do processo e, por extensão, à própria aplicação do Acordo, transformando direitos fundamentais substantivamente

relevantíssimos em meros direitos formais, cuja salvaguarda se transformará numa verdadeira incógnita.

Submetido à votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

Relativamente ao **Ponto 3.**, os Senhores **Deputados, José Cesário (PSD) e Paulo Pisco (PS)**, sugeriram a preferência por transferir o evento-OSCE para o dia 12 imediatamente a seguir à data prevista.

Já relativamente ao evento sobre refugiados, a Senhora **Deputada Wanda Guimarães (PS)** defendeu que seguisse convite de associação para a 10.^a Comissão.

Relativamente ao **Ponto 4.** da OD, informou o Senhor Presidente que a Comissão, no âmbito das suas atividades, pretende convidar diversas entidades para apresentação das suas atividades e projetos para Portugal. Assim, caso colha concordância, começar-se-ia com o Imamat Ismaili (existe disponibilidade e interesse já manifestados), tendo como datas disponíveis 18 de abril ou 9 de maio (sempre imediatamente antes da sessão da Comissão). Seguir-se-ia a Comunidade Judaica / Senhora Embaixadora de Israel, em data a designar.

Intervieram os Senhores Deputados, **José Cesário (PSD), Paula Teixeira da Cruz (PSD), e Paulo Pisco (PS)**, todos concordando com a realização das audiências em apreço.

No concernente ao **Ponto 5.**, foram lidas as atas identificadas supra, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes

No âmbito do **Ponto 6.**, pediu a palavra o Senhor **Deputado José Cesário (PSD)** para solicitar a melhor atenção de todos e, em particular, desta Comissão, para o agravamento da situação na Venezuela, com graves problemas a advirem para a atividade económica naquele país, de onde chegaram, já notícias dando conta da expropriação de padarias propriedade de lusodescendentes. Dado o que antecede, solicitou que os serviços diligenciassem junto do MNE no sentido de que o Senhor Ministro pudesse trazer informação segura e atualizada acerca desta situação para a Audição Regimental do próximo dia 28.

Nada mais havendo a tratar a sessão foi encerrada pelas dezasseis horas e cinquenta e cinco minutos.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

A presente reunião possui registo áudio consultável em:

http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/1SL/COM/02_CNECP/CNECP_20170321.mp3

Palácio de S. Bento, 21 de março de 2017

O Presidente da Comissão,

(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Ângela Guerra
Domicilia Costa
Isabel Santos
Joana Lima
José Cesário
Nuno Magalhães
Paula Teixeira da Cruz
Paulo Pisco
Pedro Filipe Soares
Ricardo Baptista Leite
Rui Silva
Sérgio Sousa Pinto
Berta Cabral
Fernando Jesus
Wanda Guimarães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões
Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Filipe Lobo D' Ávila
João Oliveira
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Gabriela Canavilhas
Lara Martinho
Paulo Neves
Porfírio Silva

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 27/06/2017.